

Parlamentares decidem lotear o Orçamento

Adriana Chiarini e
Rosenildo Ferreira

Os parlamentares governistas estão se articulando para lotear parte das verbas de contingência, incluída no Orçamento Geral da União (OGU) de 1993. A manobra — que conta com apoio de vários integrantes dos partidos de oposição — consiste em destinar uma cota (algo em torno de 300 mil dólares) para cada parlamentar indicar obras em suas bases eleitorais.

Segundo o deputado Carrion Jr. (PDT-RS), este procedimento depõe contra a imagem do Congresso, e representará uma sangria superior a dois por cento do montante previsto no OGU (excluindo-se a parcela destinada à rolagem da dívida pública algo em torno de 175 milhões de dólares).

A tese foi defendida na última quarta-feira pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Messias Góis, (PFL-SE). Ele explicou que, isto “democratizará a destinação das verbas”, evitando que ocorram privilégios. A idéia do parlamentar é incluir a relação de “verbas paroquiais” no relatório preliminar da Comissão.

Por sua vez, o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) está disposto a recorrer à Mesa da Câmara dos Deputados para barrar a manobra. “Temos que ter em mente a qualidade do gasto público, já que o Orçamento põe a nu a penúria em que se encontra as contas do Governo”, avalia.

Carnê-fatura — O senador Esperidião Amin (PDS-SC), faz coro com o parlamentar petista, lembrando que isto transformaria o Orçamento numa espécie de “carnê-fatura” dos tempos das vacas magras. Amin lembra que o principal problema é que o OGU continua sendo uma “peça autoritativa”. “Não adianta fazer emendas enquanto o Governo tiver o poder de contingenciar verbas”, diz.

Segundo ele, este mecanismo representa uma verdadeira “fábrica de PC Farias, pois favorece o tráfico de influência: ‘Por me-

Veja quanto cada órgão receberá

ÓRGÃO	RECURSOS
Câmara dos Deputados	577,7 bilhões
Senado Federal	504,9 bilhões
Presidência	7,6 trilhões
Ministérios militares	14,1 trilhões
Ministério da Agricultura	10,9 trilhões
Ministério da Ação Social	4,3 trilhões
Ministério da Economia	10,4 trilhões
Ministério da Educação	8,8 trilhões
Ministério da Justiça	1,1 trilhão
Ministério das Minas/Energia	747,3 bilhões
Ministério da Prev. Social	46,4 trilhões
Ministério Público	201,6 bilhões
Ministério das Relações Ext.	933,9 bilhões
Ministério da Saúde	11,2 trilhões
Ministério do Trabalho	19,6 trilhões
Ministério dos Transportes/Comun.	6,6 trilhões
Encargos previdenciários	8,4 trilhões
Transferências a estados e munic.	24,8 trilhões
Operações oficiais de crédito	10,2 trilhões
Reserva de contingência	5,5 trilhões
Judiciário	206,0 bilhões
Total	538,2 trilhões

FONTE: Ministério da Economia

lhor que seja o projeto apresentado sabemos que os recursos acabam sendo liberados apenas por critérios políticos”, argumenta.

O Orçamento de 1993 prevê uma receita de Cr\$ 538,2 trilhões (a preços de abril) e embute corte de 22 por cento nas despesas do Governo. Apesar de a Secretaria Nacional de Planejamento não ter incluído o impacto dos gastos com a isonomia e o pagamento dos 147 por cento aos aposentados, está previsto um déficit primário (excluindo os efeitos da dívida pública) de 0,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

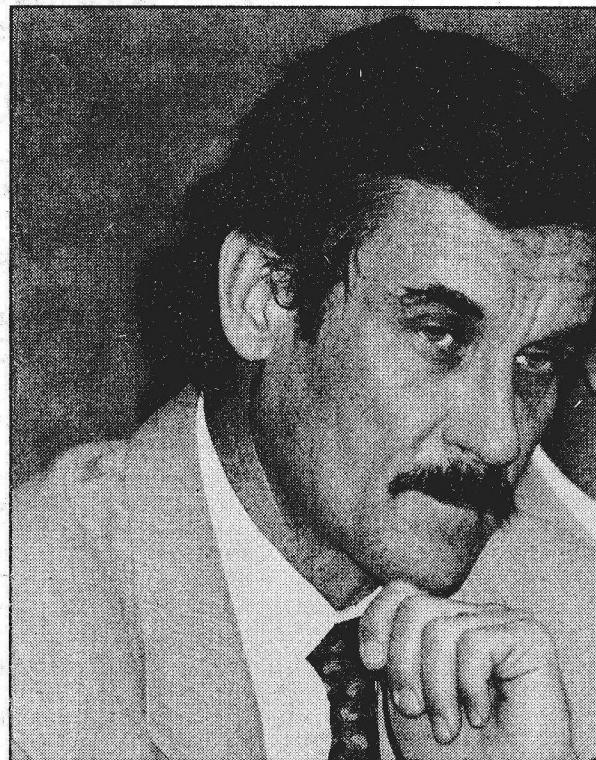
A análise superficial, realizada pela assessoria econômica do deputado Carrion Jr. indica que o OGU faz uma distribuição “fisiologista” dos recursos previstos para investimento. Além disto, o parlamentar gaúcho detectou que o Governo conta com o aprofundamento da recessão no próximo ano.

“A taxa de investimento está prevista em apenas 3,5 por cento do PIB, número bem inferior à média histórica. Isto demonstra

que o Orçamento é brutalmente recessivo”, critica. Para ele a previsão de queda de Cr\$ 2,5 trilhões na arrecadação tributária indica a “incompetência do Governo” na área fiscal. Fica claro que o esfacelamento da máquina pública, patrocinada pelo Governo Collor, tornou os tributos vulneráveis às contestações judiciais”, dispara o parlamentar gaúcho.

Dívida — Carrion Jr. — principal assessor do PDT para as questões econômicas — também se mostrou perplexo com o aumento dos gastos com a rolagem da dívida pública. A proposta preparada pelo Executivo prevê gasto de 40,40 por cento do PIB com esta rubrica, contra os 17,85 por cento alocados este ano.

Segundo ele, isto demonstra claramente que haverá um descontrole das finanças públicas, a exemplo do que ocorreu na era Maílson: “O encurtamento dos prazos de rolagem da dívida, como querem os técnicos do Governo, trará de volta a ciranda financeira e seus efeitos nefastos”, lembra.



Carrion J. (D) critica o loteamento do Orçamento, medida que para Messias Góis vai evitar os “privilegios”

